

Página 19

23 ABR 2004

A lingüiça democrática

CORREIO BRAZILIENSE



JOSÉ SARNEY
Senador do Amapá
pelo PMDB, é
presidente do
Senado

Na década de 80, na América Latina, três países eram democráticos: Venezuela, Colômbia e Costa Rica. Quando da redemocratização da Argentina e Brasil, eu e Alfonsín, na reunião de Foz de Iguaçu, início de tudo que viria a ser a nova relação de integração no continente, construindo o Mercosul, estabelecemos a chamada "cláusula democrática". O primeiro objetivo nosso era fazer voltar a democracia na região. Hoje, todos os países, com a dúvida sobre Cuba, respiram ares de liberdade e governos constituídos em eleições livres.

Num balanço de vinte anos, agora, as Nações Unidas soltam uma pesquisa sobre a insatisfação do povo com a democracia. O resultado é trágico: 56,3% da população acham que "o desenvolvimento econômico é mais importante que a democracia" e, pior ainda, 46,9% julgam a democracia incapaz de resolver os problemas dos seus países.

São números que mostram a falência, para a maioria da população, dos valores da liberdade e da governança democrática.

Com a volta da democracia estava claro que as aspirações iam muito além das possibilidades. Caputo, chanceler argentino em 1986, chegou a questionar a viabilidade das democracias pobres. O que a ONU não revela é que em 1990 havia 190 milhões de miseráveis na América Latina e, hoje, 209 milhões, sendo que 43,9% abaixo da linha da pobreza. As fórmulas que foram impostas pelo Consenso de Washington, aplicadas goela abaixo, fizeram com que nestes vinte anos a renda per capita da região ficasse estagnada na faixa dos 3.000 dólares. Nesse período, os países da região renunciaram a seus destinos nacionais, venderam seus patrimônios, subsidiaram o dólar alto, mantiveram as taxas de juros em níveis estratosféricos, contraíram e aumentaram a dívida interna e externa. Hoje são prisioneiros da vulnerabilidade das crises financeiras.

É verdade que a democratização veio acompanhada de uma falta de hierarquia nas prioridades do Estado, submetido a concessões inatingíveis, como as prometidas na Constituição de 1988, da felicidade pelo milagre

de artigo, parágrafo, alínea.

O saldo que ficou é esse mal-estar contra os valores democráticos, e o fato diário de ninguém mais respeitar o Estado de Direito. É possível aceitar a violação da propriedade com invasões e matanças de pessoas, umas por outras ou o Estado através dos seus esquadrões justiceiros? É possível um agente do Estado justificar o homicídio, sob alegação de razões históricas? É possível um sistema em que tenha-

mos 20% de desempregados, bandidos e traficantes detentores de arsenais de guerra, a juventude sem horizontes, e que os 10% mais pobres tenham cinquenta vezes menos que os mais ricos? É difícil, como dizia Tobias Barreto em seus discursos de Manga de Camisa, falar e convencer os que têm fome. O clima aponta para algo mais grave, a violação cotidiana do regime da lei, que parece em processo de falência. Rui Barbosa dizia que

"quando a liberdade é desordem, a lei é a ordem". Não se pode deixar de estabelecer uma visão de causa e efeito entre o neoliberalismo, o empobrecimento e a descrença na democracia.

Fora daí, é melhor fazer como a Volkswagen na Alemanha. Está fabricando mais salsichas do que automóveis: 520.000 carros e 1.600.000 lingüiças. É um difícil dilema saber o que o povo julga melhor: democracia, carro ou lingüiça.

